

Cidade de Deus Companhia Comercial de Participações

CNPJ 61.529.343/0001-32
Sede: Cidade de Deus, Osasco-SP

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,
Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Contábeis relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2014, acompanhadas das Notas Explicativas e Relatório dos Auditores Independentes.

Colocamo-nos à disposição de V.Sas. para quaisquer esclarecimentos que julgarem necessários.
Cidade de Deus, Osasco, 26 de março de 2015.
Conselho de Administração e Diretoria

ATIVO	BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO - Em Milhares de Reais	
	2014	2013
CIRCULANTE	1.873.116	1.387.288
Caixa e Equivalentes de Caixa (Nota 5).....	115.152	97.704
Valor Justo por Meio de Resultado (Nota 6).....	18.318	8.668
Juros sobre o Capital Próprio/Dividendos a Receber (Nota 16a).....	664.581	497.191
Tributos a Compensar ou a Recuperar (Nota 17d).....	81.947	115.132
Valores a Receber (Nota 8).....	972.459	666.112
Outros Créditos.....	3.327	2.481
Créditos Tributários (Nota 17c).....	17.332	-
NÃO CIRCULANTE	26.370.657	22.973.526
Realizável a Longo Prazo.....	2.646.628	1.976.244
Empréstimos e Recebíveis (Nota 7).....	290.413	657.308
Valores a Receber (Nota 8).....	1.672.471	786.650
Tributos a Compensar ou a Recuperar (Nota 17d).....	378.760	306.106
Depósitos Judiciais.....	218.026	148.214
Créditos Tributários (Nota 17c).....	86.958	77.966
Investimentos (Nota 9).....	23.683.824	20.957.077
Intangível (Nota 10).....	40.205	40.205
TOTAL	28.243.773	24.360.814

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO - Em Milhares de Reais	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2014	2013
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS	3.996.373	3.222.935
Resultado de Equivalência Patrimonial (Nota 9a).....	3.758.366	3.112.558
Resultado com Ativos/Passivos Financeiros (Nota 15).....	333.731	193.631
Despesas Tributárias (Nota 13).....	(94.770)	(82.117)
Despesas Gerais e Administrativas (Nota 14).....	(954)	(1.137)
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO	3.996.373	3.222.935
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL (Nota 17)	17.915	11.606
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	4.014.288	3.234.541

Lucro básico por ação em número médio ponderado de ações atribuídas aos acionistas (expresso em R\$ por ação) (Nota 12b)
Lucro básico por ação atribuível aos acionistas (Nota 12b)..... 0,56 0,47

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE - Em Milhares de Reais	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2014	2013
Lucro Líquido	4.014.288	3.234.541
Ajuste de Avaliação Patrimonial.....	179.136	(1.920.284)
Total do Resultado Abrangente	4.193.424	1.314.257

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Em Milhares de Reais	Reservas de Lucros					Lucros Acumulados	Totais
	Capital Social	Legal	Estatutária para Aumento de Capital	Estatutária para Pagamento de Dividendos	Outros Resultados Abrangentes		
Saldos em 31 de dezembro de 2012	9.700.000	1.106.628	9.581.254	85.526	1.881.525	-	22.354.933
Lucro Líquido do Exercício.....	-	-	-	-	-	3.234.541	3.234.541
Ajuste de Avaliação Patrimonial.....	-	-	-	-	(1.920.284)	-	(1.920.284)
Outros Resultados Abrangentes	-	-	-	-	-	-	1.314.257
Aumento do Capital por Subscrição.....	616.300	-	-	-	-	-	616.300
Aumento do Capital Social com Reservas.....	1.283.700	(959.106)	(324.594)	-	-	-	-
Destinações: - Reservas.....	-	161.727	2.148.642	-	-	(2.310.369)	-
- Juros sobre o Capital Próprio Pagos.....	-	-	-	-	-	(924.172)	(924.172)
Saldos em 31 de dezembro de 2013	11.600.000	309.249	11.405.302	85.526	(38.759)	-	23.361.318
Lucro Líquido do Exercício.....	-	-	-	-	-	4.014.288	4.014.288
Ajuste de Avaliação Patrimonial.....	-	-	-	-	179.136	-	179.136
Outros Resultados Abrangentes	-	-	-	-	-	-	4.193.424
Aumento do Capital por Subscrição.....	611.900	-	-	-	-	-	611.900
Aumento do Capital Social com Reservas.....	988.100	-	(988.100)	-	-	-	-
Destinações: - Reservas.....	-	200.714	2.689.345	-	-	(2.890.059)	-
- Juros sobre o Capital Próprio.....	-	-	-	-	-	(1.124.229)	(1.124.229)
Saldos em 31 de dezembro de 2014	13.200.000	509.963	13.106.547	85.526	140.377	-	27.042.413

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - Em Milhares de Reais

1) CONTEXTO OPERACIONAL
A Cidade de Deus Companhia Comercial de Participações (a "Companhia") é uma empresa que tem por objetivo a participação no capital de outras sociedades, bem como a administração, a compra e venda de ações, títulos e valores mobiliários.
A autorização para a emissão de demonstrações contábeis foi concedida pelo Conselho de Administração em 26 de março de 2015.

2) APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão apresentadas em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações - Lei nº 6.404/76 e alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, que incluem os Pronunciamentos Técnicos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), para a contabilização das operações, associadas, quando aplicáveis.
As estimativas contábeis utilizadas na elaboração das demonstrações contábeis relacionadas a ativos e passivos fiscais diferidos, provisões e contingências passivas, consideram as melhores evidências disponíveis e estão baseadas em premissas existentes nas datas de encerramento dos exercícios. Os resultados finais, quando de sua realização, podem diferir dos valores estimados. As principais práticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis estão definidas a seguir. Essas práticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados.

3) PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Moeda funcional e de apresentação
Os itens incluídos nas demonstrações contábeis são mensurados utilizando-se a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua, que é o Real (R\$). As demonstrações contábeis estão apresentadas em milhares de reais.

b) Caixa e equivalentes de caixa
Caixa e equivalentes de caixa são utilizados pela Companhia para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo e são representados por disponibilidades e aplicações em fundos de investimento, cujos vencimentos das operações, na data da efetiva aplicação, são iguais ou inferiores a 90 dias e apresentem riscos insignificantes de mudança de valor justo e são prontamente conversíveis em dinheiro. A composição do caixa e equivalentes de caixa está apresentada na Nota 5.

c) Instrumentos financeiros

(i) Classificação dos ativos financeiros
Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado
Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado, caso seja classificado como mantido para negociação e seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os custos da transação são reconhecidos no resultado quando incorridos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo e mudanças no valor justo desses ativos, os quais levam em consideração qualquer ganho com dividendos, são reconhecidos no resultado do exercício.

Ativos financeiros designados pelo valor justo por meio do resultado compreendem instrumentos patrimoniais, que de outra forma, seriam classificados como disponíveis para venda. Os valores dos ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado estão apresentados na Nota 6.

(ii) Empréstimos e Recebíveis
Os empréstimos e recebíveis são ativos reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de qualquer custo de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado. Utilizando o método da taxa efetiva de juros, estão apresentados na Nota 7.

(iii) Classificação por nível hierárquico
Os ativos financeiros a valor justo, por meio de resultado, foram classificados no nível 2 da hierarquia do CPC 40, tais como preços cotados para ativos ou passivos similares, preços cotados em mercados não ativos ou outros dados, que são observáveis no mercado, incluindo mas não limitados a curvas de rendimento, taxas de juros, volatilidades, preços de títulos de dívida e patrimoniais e taxas de câmbio para, substancialmente, todo o prazo dos ativos ou passivos.

d) Valores a receber
Os valores a receber são mensurados pelo custo amortizado, por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros, reduzidos por eventuais reduções ao valor recuperável. A composição dos valores a receber estão apresentados na Nota 7.

e) Investimentos
Os investimentos em sociedades coligadas e controladas são registrados e avaliados pelo método de equivalência patrimonial, sendo que o resultado é reconhecido como receita (ou despesa) operacional. Para efeitos do cálculo da equivalência patrimonial, ganhos ou transações a realizar entre a empresa e suas coligadas e controladas são eliminados na medida da participação da empresa e perdas não realizadas também são eliminadas, a menos que a transação forneça evidências de perda permanente (*impairment*) do ativo transferido. A composição dos investimentos em coligadas e controladas estão apresentados na Nota 9.

f) Ativos intangíveis
Ativos intangíveis são compostos por itens não monetários, sem substância física e separadamente identificáveis. Ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados durante sua vida útil econômica estimada, que não ultrapassa 20 anos. Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados. Na data de cada exercício social, os ativos intangíveis são testados para detectar indícios de redução ao seu valor recuperável ou mudanças nos benefícios econômicos futuros estimados. Caso existam tais indícios, os ativos intangíveis são analisados para avaliar se seu valor contábil pode ser recuperado por completo. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil exceder o valor recuperável.

Agio (Goodwill)
O agio é originado no processo de aquisição de coligadas e controladas.

O agio representa o excesso do custo de aquisição, em razão da participação da Companhia, sobre o valor justo líquido dos ativos e passivos identificáveis adquiridos de uma coligada ou controlada na data da aquisição. O agio originado na aquisição de controladas é reconhecido em "Ativos Intangíveis" e o agio da aquisição de coligadas é incluído no valor dos investimentos de coligadas. A composição dos ativos intangíveis estão apresentados na Nota 10.

g) Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros (impairment)
A Companhia avalia anualmente, se existem evidências objetivas de deterioração de seus ativos. Caso se confirme a existência de impactos nos fluxos de caixa pela deterioração de seus ativos e esta podendo ser estimada de maneira confiável, reconhece no resultado a perda por *impairment*. Nos exercícios de 2014 e de 2013, não houve perdas por *impairment*.

h) Provisões, ativos e passivos contingentes e obrigações legais
O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, das contingências ativas e passivas e também das obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25, sendo:

- Ativos Contingentes: não são reconhecidos contabilmente, exceto quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não caibam mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo, e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro passivo exigível. Os ativos contingentes, cuja expectativa de êxito é provável, são divulgados nas notas explicativas;

- Provisões: são constituídas levando em consideração a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações, e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança;

- Passivos Contingentes: de acordo com o CPC 25, o termo "contingente" é utilizado para passivos que não são reconhecidos, pois a sua existência somente será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros e incertos que não estejam totalmente sob o controle da Administração. Os passivos contingentes não satisfazem os critérios de reconhecimento, pois são considerados como perdas possíveis, devendo ser apenas divulgados em notas explicativas, quando relevantes. As obrigações classificadas como remotas não são provisionadas e nem divulgadas; e

- Obrigações Legais - Provisão para Riscos Fiscais: decorrem de processos judiciais, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade que, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações contábeis. Detalhamento dos processos judiciais, bem como a movimentação dos valores registrados, por natureza, estão apresentados na Nota 11.

(i) Patrimônio líquido
(ii) Lucro por ação
O lucro por ação básico é calculado mediante a divisão do lucro líquido, atribuído aos acionistas da Companhia, pela quantidade da média ponderada de ações. Não há fatores de diluição do lucro. O cálculo do lucro por ação básico está demonstrado na Nota 12b.

9) INVESTIMENTOS

a) Os ajustes decorrentes da avaliação pelo método de equivalência patrimonial dos investimentos foram registrados na rubrica de "Resultado de Equivalência Patrimonial" e corresponderam, no exercício, a R\$ 3.758.366 (2013 - R\$ 3.112.558).

b) A composição dos investimentos de coligadas e controladas estão demonstradas a seguir:

Empresas	Capital social	Patrimônio líquido ajustado	Resultado ajustado	Participação em empresas possuídas (em mil)		Investimentos		Ajuste decorrente de avaliação (2)		
				ON	PN	31.12.2014	31.12.2013	31.12.2014	31.12.2013	
Banco Bradesco S.A. (1) (3).....	38.100.000	82.465.756	15.314.943	1.001.377	507	23,81	19.637.684	17.181.988	3.499.829	2.907.910
Bradespar S.A. (1) (3).....	4.100.000	8.937.995	101.483	44.883	301	12,93	1.155.366	1.167.806	8.589	(9.627)
Titanium Holdings S.A. (1).....	314.000	685.565	75.113	37.056	-	50,00	342.783	304.724	37.556	29.325
NCF Participações S.A. (1).....	4.299.354	6.449.092	537.816	843.212	-	39,51	2.547.991	2.302.559	212.392	184.590
Total				23.683.824	20.957.077		3.758.824	2.957.077	3.758.366	3.112.558

(1) Dados relativos às demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2014;

(2) Os ajustes decorrentes de avaliação consideram os resultados apurados pelas companhias, a partir da aquisição e inclui variações patrimoniais da investida não decorrente de resultado, bem como ajustes na avaliação de práticas contábeis, quando aplicáveis; e

(3) As demonstrações contábeis de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* - IASB, base para o cálculo de equivalência patrimonial, do Banco Bradesco S.A. e Bradespar S.A. foram divulgadas em 31 de março de 2015 e em 19 de março de 2013, respectivamente.

10) INTANGÍVEL
O intangível corresponde ao agio de R\$ 40.205 (2013 - R\$ 40.205), fundamentado na mais-valia das ações, que é a diferença entre o valor de mercado das ações e o respectivo valor contábil, sendo R\$ 4.680 decorrentes do Banco Bradesco S.A. e R\$ 35.525 da Titanium Holdings S.A. Os testes de recuperabilidade dos ativos (*impairment*) são feitos anualmente, não havendo perda a ser reconhecida.

11) PROVISÕES, ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES E OBRIGAÇÕES LEGAIS

a) Ativos contingentes
Não foram reconhecidos contabilmente ativos contingentes.

b) Provisões classificadas como perdas prováveis e obrigações legais - fiscais e previdenciárias
A Companhia é parte em processos judiciais, de natureza fiscal, decorrentes do curso normal de suas atividades. As provisões foram constituídas levando em conta a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável. O principal processo refere-se a não inclusão, na base de cálculo da Cofins, dos Juros sobre o Capital Próprio recebidos da investida. A Administração da Companhia entende que a provisão constituída é suficiente para atender as perdas decorrentes dos respectivos processos.

Movimentação das provisões

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2014	2013
No início do período	205.605	79.144
Atualizações monetárias.....	16.159	8.852
Constituições, líquidas de reversões e baixas.....	77.874	117.609
No final do período	299.638	205.605

c) Passivos contingentes classificados como perdas possíveis
A Companhia mantém um sistema de acompanhamento para todos os processos administrativos e judiciais em que figura como "autora" ou "ré" e amparada na opinião dos assessores jurídicos classifica as ações de acordo com a expectativa de insucesso. Periodicamente, são realizadas análises sobre as

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2014		2013	
	2014	2013	2014	2013
CIRCULANTE	885.067	785.444		
Impostos e Contribuições a Recolher (Nota 17e).....	12.016	86.627		
Juros sobre o Capital Próprio/Dividendos a Pagar (Nota 12d).....	872.971	698.722		
Outras Obrigações.....	80	95		
NÃO CIRCULANTE	316.293	214.052		
Provisão para Impostos e Contribuições.....	16.655	8.447		
Provisão para Riscos Fiscais (Nota 11).....	299.638	205.605		
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	27.042.413	23.361.318		
Capital Social (Nota 12a).....	13.200.000	11.600.000		
Reservas de Lucros (Nota 12c).....	13.702.036	11.800.077		
Outros Resultados Abrangentes.....	140.377	(38.759)		
TOTAL	28.243.773	24.360.814		

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - Em Milhares de Reais	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2014	2013
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais:		
Lucro Líquido antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	3.996.373	3.222.935
Ajustes ao Lucro Líquido antes dos impostos:		
Resultado de Equivalência Patrimonial.....	(3.758.366)	(3.112.558)
Juros, Variações Monetárias e Cambiais Líquidas e Outras.....	(295.533)	(156.722)
Lucro Líquido Ajustado	(57.546)	(46.345)
(Aumento) em Ativos.....	(788.050)	(233.437)
(Redução) em Obrigações.....	(2.025)	(36.228)
Caixa Líquido Proveniente/(Utilizado) nas Atividades Operacionais	(847.621)	(316.010)
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimentos:		
Alienação/(Aquisição) de Investimentos.....	381.610	(724.366)
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital.....	(218.000)	(196.000)
Juros sobre o Capital Próprio/Dividendos Recebidos.....	926.947	854.359
Caixa Líquido Proveniente/(Utilizado) nas Atividades de Investimentos	1.090.557	(66.007)
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamentos:		
Aumento de Capital.....	611.900	616.300
Juros sobre o Capital Próprio/Dividendos Pagos.....	(837.388)	(831.611)
Caixa Líquido Proveniente/(Utilizado) nas Atividades de Financiamentos	(225.488)	(215.311)
(Aumento)/Redução Líquido, de Caixa e Equivalentes de Caixa	17.448	(597.328)
Início do Exercício.....	97.704	695.032
Fim do Exercício.....	115.152	97.704
(Aumento)/Redução Líquido, de Caixa e Equivalentes de Caixa	17.448	(597.328)

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Em Milhares de Reais	Reservas de Lucros					Lucros Acumulados	Totais
	Capital Social	Legal	Estatutária para Aumento de Capital	Estatutária para Pagamento de Dividendos	Outros Resultados		

Cidade de Deus Companhia Comercial de Participações

CNPJ 61.529.343/0001-32

Sede: Cidade de Deus, Osasco-SP

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - Em Milhares de Reais

c) Reservas de lucros

- (i) A reserva legal é constituída obrigatoriamente à base de 5% do lucro líquido do exercício, até atingir 20% do capital social integralizado. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital social;
- (ii) A reserva estatutária visa à manutenção de margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações ativas da Companhia, podendo ser constituída em 100% do lucro líquido remanescente após destinações estatutárias, mediante proposta da Diretoria, aprovada pelo Conselho de Administração e deliberada pela Assembleia Geral, sendo o saldo limitado a 80% do capital social integralizado; e
- (iii) Em observância ao que dispõe o artigo 192 da Lei nº 6.404/76, juntamente com as demonstrações contábeis será apresentada proposta sobre a destinação do resultado a ser dada ao lucro líquido do exercício. Quando o saldo das reservas de lucros ultrapassar o limite exigido, a Assembleia Geral deliberará sobre a aplicação do excesso na integralização como aumento de capital social ou na distribuição de dividendos (artigo 199).

d) Juros sobre o capital próprio

Conforme disposição estatutária, aos acionistas estão assegurados juros sobre o capital próprio e/ou dividendos, que somados correspondam, no mínimo, a 1% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos da Lei societária.

O cálculo dos juros sobre o capital próprio e dividendos, relativos ao exercício de 2014, está demonstrado a seguir:

	RS mil	% (1)
Lucro líquido do exercício.....	4.014.288	
Reserva legal.....	(200.714)	
Base de cálculo.....	3.813.574	
Juros sobre o capital próprio pagos e/ou provisionados.....	1.124.229	
Imposto de renda retido na fonte sobre juros sobre capital próprio - 15% (2)	(112.591)	
Total geral de juros sobre o capital próprio (líquido) em 2014	1.011.638	26,5
Total geral de juros sobre o capital próprio (líquido) e dividendos em 2013	831.572	27,1

(1) Percentual dos juros sobre o capital próprio/dividendos sobre a base de cálculo; e

(2) Não contempla o Imposto de Renda Retido na Fonte, referente ao Juros Sobre o Capital Próprio dos acionistas isentos.

13) DESPESAS TRIBUTÁRIAS

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2014	2013
PIS.....	14.110	12.993
COFINS.....	64.990	59.846
Outras.....	15.670	9.278
Total.....	94.770	82.117

14) DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2014	2013
Despesas de pessoal.....	302	302
Serviços prestados por terceiros.....	420	563
Editais e publicações.....	160	190
Outras.....	72	82
Total.....	954	1.137

15) RESULTADO COM ATIVOS/PASSIVOS FINANCEIROS

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2014	2013
Rendimento de ativos financeiros	39.297	50.867
Variação cambial.....	9.326	11.700
Juros ativos, líquidos de juros passivos	285.108	131.064
Total.....	333.731	193.631

16) PARTES RELACIONADAS

a) As transações com partes relacionadas estão assim representadas:

	Em 31 de dezembro			
	2014		2013	
	Ativo (passivo)	Receitas (despesas)	Ativo (passivo)	Receitas (despesas)
Bancos:				
Banco Bradesco S.A.	5	-	10	-
Banco Bradesco S.A. - Grand Cayman	59.941	-	61.332	-
Instrumentos financeiros:				
Debêntures - Bradesco Leasing S.A.	290.413	34.927	657.308	31.077
Eurobonds - Agência Bradesco Grand Cayman.....	18.318	(1.138)	8.668	(3.076)
	2014		2013	
	Ativo (passivo)	Receitas (despesas)	Ativo (passivo)	Receitas (despesas)
Valores a receber:				
NCF Participações S.A.	2.295.915	206.030	1.267.645	93.100
Nova Cidade de Deus Participações S.A.	347.893	29.576	185.117	8.808
NCD Participações Ltda.	1.122	103	-	-
Juros sobre o capital próprio e dividendos - a receber/(pagar):				
Banco Bradesco S.A.	662.205	817.721	484.948	732.929
Titanium Holdings S.A.	357	-	279	-
NCF Participações S.A.	2.019	-	11.964	14.074
Bradespar S.A.	-	37.410	-	40.447
Nova Cidade de Deus Participações S.A.	(370.655)	(505.319)	(296.397)	(415.002)
Fundação Bradesco	(322.414)	(373.619)	(257.821)	(306.841)
Demais acionistas	(179.902)	(245.291)	(144.504)	(202.329)

b) Remuneração do pessoal-chave da Administração

Anualmente na Assembleia Geral Ordinária são fixados:

- O montante global anual da remuneração dos Administradores, que é definido em reunião do Conselho de Administração, a ser paga aos membros do próprio Conselho e da Diretoria, conforme determina o Estatuto Social.

Para 2014, foi determinado o valor máximo de R\$ 300, excluindo-se os encargos sociais, para remuneração dos Administradores.

Benefícios de Curto Prazo a Administradores

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2014	2013
Proventos.....	252	252
Encargos sociais	50	50
Total.....	302	302

A Companhia não possui benefícios de longo prazo, de rescisão de contrato de trabalho ou remuneração baseada em ações, para seu pessoal-chave da Administração.

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Administradores e Acionistas da

Cidade de Deus - Companhia Comercial de Participações

Osasco - SP

Examinamos as demonstrações contábeis da Cidade de Deus - Companhia Comercial de Participações ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2014 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante

17) IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL:

a) Demonstração do cálculo do imposto de renda e contribuição social

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2014	2013
Resultado antes dos tributos (imposto de renda e contribuição social).....	3.996.373	3.222.935
Encargo total do imposto de renda e contribuição social às alíquotas de 25% e 9%, respectivamente	(1.358.767)	(1.095.798)
Efeito das adições e exclusões no cálculo dos tributos:		
Participações em coligadas e controladas, tributadas nas empresas correspondentes	1.277.844	1.058.270
Juros sobre o capital próprio pagos e a pagar	382.238	314.219
Juros sobre o capital próprio recebidos e a receber	(290.745)	(267.734)
Outros.....	7.345	2.649
Imposto de renda e contribuição social do exercício.....	17.915	11.606

b) Composição da conta de resultado do imposto de renda e contribuição social

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2014	2013
Impostos correntes		
Imposto de renda e contribuição social devidos.....	(8.409)	(13.442)
Impostos diferidos		
Constituição/realização no exercício sobre adições temporárias.....	26.606	40.230
Realização no exercício sobre prejuízo e base negativa.....	(282)	(15.182)
Imposto de renda e contribuição social do exercício.....	17.915	11.606

c) Origem dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social diferidos

	Em 31 de dezembro			
	2013	Constituição	Realização	2014
Provisões fiscais.....	55.477	26.894	288	82.083
Outras provisões	16	-	-	16
Total dos créditos tributários	55.493	26.894	288	82.099
Prejuízo fiscal/base negativa da contribuição social	22.473	-	282	22.191
Total dos créditos tributários, líquidos.....	77.966	26.894	570	104.290
Obrigações fiscais diferidas.....	8.447	8.879	671	16.655
Total dos créditos tributários, líquido das obrigações fiscais diferidas.....	69.519	18.015	(101)	87.635

Há perspectiva de realização dos créditos tributários em até 5 anos. Os créditos tributários não registrados totalizam R\$ 22.470 (2013 - R\$ 22.478).

d) Tributos a compensar ou a recuperar

Os tributos a compensar ou a recuperar, no ativo circulante, no montante de R\$ 81.947 (2013 - R\$ 115.132) e no ativo não circulante, no montante de R\$ 378.760 (2013 - R\$ 306.106) referem-se a imposto de renda e contribuição social de exercícios anteriores, imposto retido na fonte sobre aplicações financeiras, imposto retido na fonte sobre aplicações em debêntures, e juros sobre o capital próprio.

e) Impostos e contribuições a recolher

Impostos e contribuições a recolher, no montante de R\$ 12.016 (2013 - R\$ 86.627), referem-se a IRRF a recolher sobre juros sobre o capital próprio R\$ 969 (2013 - R\$ 76.876), provisão sobre o parcelamento da anistia R\$ 10.308 (2013 - R\$ 9.560), IOF R\$ 708 (2013 - R\$ 191) e outras obrigações a recolher sobre prestação de serviços R\$ 31.

18) OUTRAS INFORMAÇÕES

a) A Companhia, não possuía contingências cíveis e trabalhistas classificadas como prováveis e possíveis, que devessem ser provisionadas ou divulgadas, respectivamente, em 2014 e 2013;

b) A Companhia não operou com instrumentos financeiros derivativos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e de 2013;

c) Em 14 de maio de 2014, foi publicada a Lei nº 12.973/14, que converteu a Medida Provisória nº 627/13. Essa Lei altera a Legislação Tributária Federal relativa ao Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas - IRPJ, à Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL, à Contribuição para o PIS/PASEP e a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS. Destacamos os principais assuntos que a Lei nº 12.973/14 dispõe:

- a revogação do Regime Tributário de Transição (RTT), disciplinando os ajustes decorrentes dos novos métodos e critérios contábeis introduzidos em razão da convergência das normas contábeis brasileiras aos padrões internacionais;
- a tributação da pessoa jurídica domiciliada no Brasil, com relação ao acréscimo patrimonial decorrente de participação em lucros auferidos no exterior por controladas e coligadas; e
- o parcelamento especial de Contribuição para o PIS/Pasep e à Cofins.

A referida Lei foi regulamentada através das Instruções Normativas nº 1.515/14 e 1.520/14. Em nossa avaliação, não haverá impactos relevantes futuros em nossas demonstrações contábeis.

d) Em 01 de abril de 2015, foi publicada o Decreto nº 8.426 que restabelece, a partir de 01 de julho de 2015, as alíquotas da Contribuição para o PIS/PASEP (0,65%) e da COFINS (4%) incidentes sobre receitas financeiras auferidas pelas pessoas jurídicas sujeitas ao regime de apuração não-cumulativa das referidas contribuições.

19) EVENTOS SUBSEQUENTES

Em Assembleia Geral Extraordinária, de 5 de janeiro de 2015, deliberou-se aumentar o Capital Social, no valor de R\$ 775.200, mediante a subscrição de 212.967.032 novas ações ordinárias, nominativas-escriturais, sem valor nominal, ao preço de R\$ 3.640,00 por lote de 1.000 ações, para subscrição particular pelos acionistas na proporção de suas participações no Capital Social na data da Assembleia, com integralização à vista, no ato da subscrição.

ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente

Lázaro de Mello Brandão

Vice-Presidente

Luiz Carlos Trabuco Cappi

Membros

Antônio Bornia

Mário da Silveira Teixeira Júnior

João Aguiar Alvarez

Denise Aguiar Alvarez

Carlos Alberto Rodrigues Guilherme

Milton Matsumoto

José Alcides Munhoz

Domingos Figueiredo de Abreu

Aurélio Conrado Boni

Sérgio Alexandre Figueiredo Clemente

Marco Antonio Rossi

Alexandre da Silva Glüher

Josué Augusto Pancini

Maurício Machado de Minas

Lia Maria Aguiar

Lina Maria Aguiar

Maria Angela Aguiar

DIRETORIA

Diretor-Presidente

Lázaro de Mello Brandão

Diretor Vice-Presidente

Luiz Carlos Trabuco Cappi

Diretores

Antônio Bornia

João Aguiar Alvarez

Denise Aguiar Alvarez

Marcos Aparecido Galende

Contador - CRC 1SP201309/O-6



KPMG Auditores Independentes

CRC 2SP028567/O-1 F SP

Osasco, 23 de abril de 2015

José Claudio Costa

Contador CRC 1SP167720/O-1